

## PELO FIM DA TORTURA E VIOLÊNCIA POLICIAL

Mais uma vez a violência, o desrespeito aos direitos humanos, a tortura e a agressão é covardemente utilizada contra os trabalhadores rurais tocantinenses por policiais militares e representantes do Poder Judiciário. Justamente aqueles que deveriam propiciar a segurança pública e o respeito as leis.

No último dia 13/11/98, trabalhadores rurais sem terra acampados no KM 49 da Rodovia que liga o Município de Wanderlândia a Xambioá, foram presos e barbaramente torturados por policiais, alguns inclusive a paisana e usando apenas camisetas, shorts e totalmente embriagados.

Se isso por si só não fosse extremamente grave a ação covarde e truculenta foi coordenada por um Oficial de Justiça de Wanderlândia, Hawill, que dizia-se a serviço e sob ordens expressas da Juíza Joana Elias da Silva, da Comarca daquele município, que segundo o oficial o autorizou a “usar a força, dar um corretivo nesses invasores de terra e até mesmo matasse se preciso fosse.” Mais grave ainda o referido oficial participou das sessões de tortura e por diversas vezes ordenava: “matem esse animal (apelido de um dos dirigentes do MST), essa foi a ordem da Juíza, ele é perigoso, bandido e assassino”.

A operação militar comandada por Hawill, que não apresentou qualquer ordem de despejo ou intimação judicial, iniciou-se às 17:00 hs com a prisão dos lavradores Anofre Antônio Lemos, 60 anos, Raimundo Ramos da Silva, 49 anos e Francisco Felismino Veloz, 61 anos, em suas pequenas roças na área da Fazenda União Santa Rosa, área de 940 alqueires, de propriedade do fazendeiro Osvaldo Ferrari Trouvo, totalmente improdutiva, ocupada desde 03/01/96 e em fase de desapropriação pelo INCRA.

Foi utilizada na suposta operação de reintegração de posse um carro do proprietário da Fazenda União Santa Rosa, uma camioneta Pejout, que efetuou o transporte do efetivo militar. Os três primeiros trabalhadores presos foram usados como reféns e “salvo conduto” para que os policiais e o oficial de justiça pudessem entrar durante a noite no acampamento dos sem terra, fortemente armados de metralhadora e revólveres, prendessem o lavrador Bento Gonçalves Pereira, 59 anos; Edelson Alves Moraes, 46 anos; apreendessem seus instrumentos de trabalho (facões, foices e velhas espingardas chumbeiras) e ameaçassem tocar fogo e a jogar veneno na pequena plantação de bananas.

Quase ao mesmo tempo da prisão dos anciãos na área da fazenda e do acampamento, era preso na cidade de Piraquê o dirigente estadual do MST (Movimento dos Sem Terra) Cícero Denivaldo Gomes da Silva, 31 anos e o sem terra Jorge Nunes Chaga, 20 anos. Estes foram levados a sede da Fazenda Santa Rosa junto com os que haviam sido presos no acampamento e durante mais de quatro horas foram submetidos a sessões de tortura, com espancamento com coronha dos revólveres, com o cabo das metralhadoras e facões. Funcionários da Fazenda inclusive foram convidados a darem chutes e a reforçar as ameaças de morte e intimidação.

O dirigente do MST, segundo os policiais teve direito a “um tratamento especial” sendo levado ao Rio Lago Grande, na área da referida Fazenda e submetido a sessões de afogamento, “telefones” (tapas no ouvido), murros e ameaças de morte, tiros dados próximo ao seus ouvidos e ao seu corpo. Durante mais de cinco horas consecutivas Cícero Denivaldo ouviu os policiais dizerem que ele ia morrer “por ser líder dos invasores, matador de policiais, vagabundo, desocupado, sem vergonha, ladrão de terras”. Diziam ainda: “você do MST votaram no Lula? Você gostam de badema? Pois fiquem sabendo que foi ele quem mandou dar uma lição em vocês!”

Ao solicitar água durante os espancamentos deram lhe para beber cachaça, ao cuspir de volta a mesma teve um revólver enfiado na garganta e um soldado aos berros dizer: “você não quer pinga seu f. de p. então beba chumbo”.

Em todo esse período o oficial de justiça participava ativamente do espancamento, dando bofetadas no dirigente e sempre insistindo para que os policiais atirassem no mesmo, pois segundo o próprio oficial eles teriam “costas quentes” e a juíza “daria garantias a ele e a todos os soldados envolvidos”. Ao que o cabo Lorival retrucava: “ não podemos mata-lo porque a prisão fora efetuada na rua da cidade. Se o matarmos seremos denunciados pela população. Mas o próprio cabo reconhecia: “se o tivéssemos pego na mata ou sozinho a gente podia matar tranquilo”.

O dirigente político do MST e os lavradores sem terra só foram apresentados ao delegado de Wanderlândia, Sr. Alcântara, depois de 01:00 h da manhã, do dia 14/11/98, onde foram submetidos a interrogatório sem direito de fazer constar os graves fatos ocorridos. O Delegado dizia que: “é melhor vocês ficarem calados e responder só o que eu pergunto e esquecer o acontecido”. Também queria saber “onde estavam as outras armas do MST e quem tinha ordenado a ocupação da Fazenda Santa Rosa, uma vez que eles eram invasores profissionais”.

Posteriormente exames de corpo delito nos trabalhadores constatou a existência de hematomas, edemas e contusões generalizados pelo corpo, dor intensa aos movimentos respiratórios, sangramento e surdez irreversível ocasionada no Sr. Edelson Alves pelos tapas no ouvido. Fotografias inclusive comprovam marcas de coturno, cabos de revólveres e outras escoriações provocadas por chinelos,

Esses graves fatos vem somar-se ao aumento da violência policial no Tocantins, que teve registrado pelo CDHs que apenas nos últimos meses registrou casos graves, como os da tortura do professor Luís Carlos, por desenvolver trabalhos educativos junto ao menores abandonados. O caso do Sr. Jailson Nascimento Silva, acusado de estar portando arma, o que não era verdade, mesmo assim barbaramente torturado. Também o caso do Sr. Honorato da Silva Guimarães, comerciante, agredido por um policial militar que o extorquiu em R\$ 400,00. Ou ainda o caso do Sr. Ririon, apelido Jacó, trabalhador, que ao receber ordem de prisão sem saber o motivo e teve diversos tiros disparados em sua direção, só não sendo baleado porque correu, e até hoje encontra-se escondido com medo, pois as ameaças continuam, sem que o mesmo saiba o motivo.

Mesmo com esses e muitos outros casos de agressão e violação dos direitos humanos o comandante geral da PM coronel Napoleão Sobrinho, afirmou durante reunião com entidades do movimento social, que solicitavam inquérito dos casos e punição dos responsáveis, que: A PM tem feito um trabalho no sentido de manter a ordem, inclusive no campo, e a polícia do estado é uma das mais bem preparadas do Brasil”.

Não discordo que haja policiais honestos, dedicados e honrados, entretanto alguns ainda adotam como práticas “comuns” a tortura, humilhação, a extorção, o intimidamento e até mesmo a morte, muitas vezes a serviço do latifúndio e dos poderosos. Por isso mesmo gritamos bem alto: Pelo fim da impunidade e respeito aos direitos humanos!

**Paulo Henrique Costa Mattos/ Coordenador do Instituto de Formação e Assessoria Sindical**